

Glauco Bruce Rodrigues

Professor Adjunto do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense - Campos dos Goytacazes
glauco_bruce@id.uff.br

Geografia histórica e ativismos sociais¹

Resumo

O artigo propõe a articulação de dois campos de pesquisa relativamente negligenciados no Brasil, que são a Geografia dos Ativismos Sociais e a Geografia Histórica. Nessa perspectiva, propomos a constituição de uma Geografia Histórica dos Ativismos Sociais. Tal campo pode ser caracterizado pela centralidade da análise da espacialidade de ativismos sociais a partir de um olhar que incorpora de forma profunda e consistente a historicidade e a temporalidade. Dessa forma, buscamos incorporar o referencial teórico e metodológico da Geografia Histórica, ao mesmo tempo em que se preservam as contribuições e formulações teóricas próprias das pesquisas relativas aos ativismos sociais.

Palavras-chave: Geografia Histórica, Ativismos Sociais, Território, Espaço.

Abstract

HISTORICAL GEOGRAPHY AND SOCIAL ACTIVISM

The following article proposes the articulation of two often neglected research fields in Brazil, which are Geography of Social Activism and Historical Geography. Through this perspective, it is suggested the conception of a Historical Geography of Social Activism. Such field can be characterized by having the analysis of the spatiality of social activism at its core by means of the incorporation of historicism and temporality in a thorough and consistent inquiry. Therefore, it is intended to incorporate the theoretical and methodological framework of the Historical Geography while fully preserving the contributions and theoretical formulations of researches constituent of social activists.

Key-words: Historical Geography, Social Activism, Territory, Space.

1. Colocando a questão

O objetivo deste breve artigo é colaborar para a articulação de dois campos de pesquisa e ação política: a Geografia Histórica e os ativismos sociais. Tais campos, em si, apresentam amplas possibilidades de produção de conhecimento crítico, assim como de inserção política do geógrafo na dinâmica das lutas sociais.

Trata-se de um texto que possui um caráter introdutório e geral, que busca apresentar, de forma breve e sintética, os elementos teóricos e metodológicos que julgamos mais pertinentes a cada campo específico. A partir desta panorâmica, sugerimos a possibilidade de articulação de tais campos como uma forma singular de compreender o processo de produção e organização do espaço.

A Geografia Histórica é um campo que nos permite uma densa articulação entre tempo e espaço na análise da espacialidade social. Tal articulação deixa explícita a constituição daquilo que podemos chamar de complexos espaços-temporais, nos quais a espacialidade e a temporalidade são elementos indissociáveis e não hierarquizados. Essa perspectiva nos permite superar, ou, ao menos, amenizar de forma significativa, a dicotomia entre tempo e espaço, quando tais dimensões são pensadas de forma autônoma, hierárquica ou com uma frouxa relação, fazendo com que se reproduzam análises nas quais uma ou outra não passe de uma referência distante ou burocrática, o que nos leva aos famosos “quadros geográficos” e “contextos históricos”, onde tempo e espaço são molduras ou palcos, que pouco ou nada acrescentam à análise de determinada questão.

A Geografia Histórica, nessa perspectiva, é um campo de pesquisa caracterizado, fundamentalmente, não pelo estudo do passado, mas sim pela clara e explícita articulação espaço-tempo na análise dos processos sociais, nas quais as espacialidades de períodos históricos pretéritos são privilegiadas pelas pesquisas. Tal articulação se dá pela incorporação do que podemos chamar de elementos históricos à análise: as diferentes temporalidades que caracterizam uma historicidade (os eventos, as conjunturas e a longa duração) e as periodizações. Em outras palavras, o geógrafo deve incorporar as lições do historiador Marc Bloch, que define a História como a disciplina que estuda o homem no *tempo*, o que implica identificar

e analisar as durações e permanências, as estruturas e conjunturas, os movimentos, as diferentes temporalidades da dinâmica social.

O campo de pesquisa e inserção política efetiva dos ativismos sociais nos permite superar aquilo que Souza (2012, p. 21) chamou de “olhar de sobrevoos”, adaptando a expressão “pensamento de sobrevoos”, cunhada por Merleau-Ponty. Tal expressão refere-se ao predomínio da análise centrada nas grandes estruturas socioeconômicas e políticas apropriadas de forma hegemônica pelas classes dominantes, negligenciando a capacidade de ação dos demais protagonistas sociais.

Atribuir o caráter de protagonista aos ativismos sociais nos coloca a possibilidade de outra perspectiva de produção do conhecimento. Quando consideramos os ativismos sociais como princípio da ação, estamos nos descolando do olhar de sobrevoos e partindo diretamente das formas concretas através das quais homens e mulheres vivenciam e experimentam as contradições e os conflitos.

Essa experiência concreta nos remete às formas pelas quais homens e mulheres atribuem sentido e significado a suas vidas, produzem e instituem valores que julgam justificar e legitimar suas identidades e modos de existência. É da experimentação concreta das condições objetivas e subjetivas de existência que homens e mulheres formulam ideias e noções de direitos que acreditam ser legítimas de serem instituídas e conquistadas. Dessa experiência concreta e cotidiana são construídos projetos políticos e identidades que dinamizam a ação social e impulsionam esses protagonistas para o campo dos conflitos e lutas sociais, constituindo os ativismos sociais. É desse processo crítico e conflituoso que surge a possibilidade do surgimento do novo, da realização de transformações conjunturais e estruturais nas relações de poder e na organização sócio-espacial. Tais formulações não são novas, já foram explicitadas por diversos autores, dentre os quais destacamos Ribeiro (1980, 1990, 1991), Thompson (1981, 1998), Castoriadis (1982, 1983, 1985, 1992, 2002, 2004), Gonçalves (1984, 1999, 2001, 2003), Ribeiro e Machado da Silva (1985), Sader (1988), Zibechi (1999, 2003), Souza (1988, 2000, 2006, 2008, 2012) e Bernardo (2009).

Quais seriam, concretamente, as vantagens e os avanços, ainda que modestos, para a Geografia, ao se articular esses dois campos de pesquisa? A articulação entre a Geografia Histórica e os ativismos sociais nos coloca

a possibilidade de outra forma de se compreender o processo de formação do território e da produção social do espaço. É disso que se trata. Outro olhar, outra forma de se produzir conhecimento crítico que parte da ação dos ativismos e de suas territorialidades. Nessa perspectiva, partimos da ação concreta de homens e mulheres para compreender a produção do espaço-tempo social a partir de um recorte específico, que são os ativismos sociais, o que significa dizer que a centralidade da análise está na dinâmica dos conflitos e lutas que constituem a dinâmica da sociedade, portanto, do próprio processo de formação territorial.

É fundamental ressaltar que tal centralidade da ação não significa negligenciar ou marginalizar outros sujeitos e agentes sociais, como o Estado e as classes dominantes; significa colocar como princípio de análise os conflitos e as contradições sociais em estado vivo, latente. Trata-se, portanto, de atribuir aos ativismos um protagonismo que nem sempre foi devidamente valorizado e incorporado à Geografia, mesmo aquela de caráter crítico, principalmente marxista. Quando atribuímos aos ativismos a centralidade do protagonismo, não podemos nos esquecer que não existe protagonista sem antagonista, logo, o conflito, as lutas e as contradições são os elementos centrais da análise geográfica, levando em consideração o movimento amplo e total da sociedade, explicitando as relações de poder e a luta de classes. Nesse sentido, a articulação desses dois campos nos permite colocar em relevo a espacialidade dos conflitos sociais e a ação dos ativismos como chave conceitual central para a análise do processo de formação do território, em uma perspectiva histórica. Assim, esperamos poder contribuir com uma forma de compreender a sociedade brasileira e seu processo de formação territorial a partir das lutas, dos conflitos e dos ativismos, retirando do Estado e das classes dominantes o monopólio da ação e, dessa forma, superando o olhar de sobrevoo.

Passamos agora para a panorâmica relativa aos dois campos. Esperamos que o leitor possa visualizar as articulações que propomos a partir dos apontamentos acima. No final do texto, apresentaremos um brevíssimo exemplo de como viabilizar empiricamente uma pesquisa nesse recorte temático.

2. Ativismos Sociais e Geografia

As décadas de 1960 e 1970 foram caracterizadas pela emergência dos chamados novos movimentos sociais. Nesse período histórico, surgiram diversas formas de ação coletiva, em diferentes países, que colocavam em questão as bases societárias e civilizatórias do capitalismo e do socialismo real, além de explicitar diversas formas de opressão. O surgimento de novos protagonistas, engajados em diversos tipos de lutas, suscitou a constituição de novas formas de organização, questões e conflitos. Esse é o contexto da emergência contemporânea dos movimentos ambientalista, feminista, da juventude, pacifista, indígena, negro, anti-homofóbico, pela descolonização da África e da Ásia e contra as ditaduras na América Latina.

A temática dos ativismos sociais se constituiu como um campo de pesquisa particular nas Ciências Sociais, exatamente nesse contexto, quando diversos intelectuais e pesquisadores incorporam a suas formulações questões levantadas por novas formas de ação social que, até então, eram significativamente marginalizadas e tinham pouca ou nenhuma visibilidade política no espaço público.

Inúmeros intelectuais não restringiram sua ação ao plano acadêmico, circunscrevendo suas atividades à pesquisa. Diversos deles passaram a colaborar e, muitos, a militar diretamente junto aos ativismos, caracterizando uma inserção de parte da intelectualidade na dinâmica das lutas e dos conflitos sociais.

A Geografia, por sua vez, não incorporou de forma significativa a temática dos ativismos sociais. Balanços e análises têm sublinhado um duplo aspecto: por um lado, sua dimensão espacial tem sido largamente negligenciada pelas Ciências Sociais em geral e, por outro, temos a reduzida atenção dada pela disciplina ao tema, assim como lacunas teóricas e metodológicas (NICHOLLS, 2007; SOUZA, 2008; PEDÓN, 2009 e SANTOS, 2011)².

O ponto de partida para a análise da espacialidade dos ativismos sociais é estabelecer a distinção conceitual entre ativismos e movimentos, conforme proposto por Souza (1988, 2000 e 2006). Nesse sentido, vamos recuperar a formulação do autor, na qual propõe uma diferença entre as diversas formas de organização e mobilização social, com o objetivo de

analisar criticamente o potencial transformador, os limites e as insuficiências dos ativismos:

proponho, assim, designarmos como movimentos, muito amplamente, os ativismos que, pela natureza das suas reivindicações, e das experiências e dos sofrimentos de seus protagonistas, encarnam, a despeito da não-explicitação em programas e mesmo das contradições político-ideológicas conjunturais, uma afronta ao *status quo* (SOUZA, 1988, p. 114).

os ativismos sociais (ou ativismos, simplesmente, para evitar uma redundância) são um conjunto mais amplo de ações públicas organizadas, do qual os *movimentos sociais* seriam um *subconjunto*. Os ativismos sociais, como ações públicas *organizadas e relativamente duradouras*, diferenciam-se de ações coletivas efêmeras e pouco organizadas ou desorganizadas, como quebra-quebras (“vandalismo de protesto”), saques e outras; e, como ações *públicas*, em sentido forte, diferenciam-se tanto da criminalidade ordinária (mesmo organizada) e de organizações terroristas, quanto de grupos de pressão e lobbies, em sentido restrito, que tendem a atuar nos “corredores do poder estatal”, pressionando parlamentares ou administradores públicos e articulando tráfico de influência, entre outras atividades que não propriamente públicas. Os *movimentos sociais*, de sua parte, seriam uma modalidade especialmente crítica e ambiciosa de ativismo social, distinta de ativismos paroquiais. Estes encaminham reivindicações pontuais, sem articulá-las com questionamentos mais profundos, relativos a problemas nacionais e internacionais, e sem construir pontes entre a conjuntura, cujo domínio não ultrapassam, e as estruturas, que não chegam a tematizar. São, não raro, prisioneiros do ou contaminados pelo clientelismo (SOUZA, 2006, p. 278. Grifos no original).

A constituição de um movimento social é o resultado de um processo de construção coletiva de uma identidade, um discurso, estratégias e táticas de ação visando a determinados objetivos. Assim, um movimento social se constitui na experiência concreta das condições objetivas e subjetivas de existência, na relação entre estrutura e conjuntura:

Os homens e mulheres retornam como sujeitos, dentro deste termo [a experiência – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência com sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica [de Althusser]) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através de estruturas de classes resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 183. Grifos no original).

Ponto fundamental para uma análise geográfica dos ativismos sociais é a espacialidade da ação social. Em outras palavras, é a preocupação com

a análise explícita da espacialidade dos ativismos sociais, enfim, da relação entre ação social e espaço. Esta perspectiva, contraditoriamente, não é devidamente valorizada ou apresentada de forma consistente, fazendo com que grande parte da produção geográfica assuma um caráter mais sociológico ou econômico, do que propriamente geográfico. Gonçalves (1999) busca estabelecer uma relação entre o conceito de movimentos sociais e a espacialidade quando afirma que

a expressão movimento social ganha, assim, para nossa compreensão das identidades coletivas um sentido geográfico muito preciso: é que o vemos como aquele processo através do qual um determinado segmento social recusa o lugar que, numa determinada circunstância espaço-temporal, outros segmentos sociais melhor situados no espaço social pelos capitais (Bourdieu) que já dispõem tentam lhe impor e, rompendo a inércia relativa em que se encontravam, se mobilizam movimentando-se em busca da afirmação das qualidades que acreditam justificarem sua existência (GONÇALVES, 1999, p. 69).

A primeira questão que se coloca é: o que, efetivamente, deve-se entender por espacialidade dos ativismos sociais? Na tentativa de preencher tal lacuna e contribuir para o debate, Souza (2008, p. 368-369), propõe cinco pontos que as reflexões e as pesquisas empíricas deveriam ser capazes de revelar:

1. O espaço de referência identitária, ou seja, a identidade e a subjetividade coletiva produzida com uma referência explicitamente espacial que funda e constitui o próprio ativismo;

2. O espaço enquanto lugar, ou seja, os espaços vividos e percebidos, apropriados simbolicamente e afetivamente;

3. As estratégias espaciais, ou seja, as formas como o espaço é utilizado tática e estrategicamente pelos ativismos durante suas lutas;

4. A forma como o substrato espacial (a materialidade) influencia, condiciona ou determina as demandas ou questões que são a razão de existência do ativismo (concentração fundiária, carência e deficiência dos bens de consumo coletivo, poluição, desmatamento, segregação sócio-espacial etc.);

5. As transformações espaciais realizadas pelos ativismos a partir das relações sociais e de poder produzidas de forma imanente. Novas relações sociais e de poder engendram novas espacialidades. Em outras palavras: que nova organização sócio-espacial é instituída pelo ativismo em questão.

Os cinco pontos propostos por Souza nos permitem pensar, de forma explícita e efetiva, a espacialidade dos ativismos sociais, uma vez que ressaltam seus atributos fundamentais. Além disso, nos oferecem diretrizes e balizamentos metodológicos para organizar e orientar as pesquisas.

Outra questão importante acerca da espacialidade dos ativismos é a distinção, proposta por Souza (2006), entre ativismos urbanos *lato sensu* e ativismos urbanos *stricto sensu*. Os primeiros dizem respeito aos ativismos que, apesar de possuírem uma determinada espacialidade e utilizarem o espaço urbano para suas manifestações e reivindicações (afinal, a cidade é o *locus* do poder e da política), são animados por questões que não colocam a dinâmica do espaço urbano em questão ou que se referenciam apenas indiretamente à espacialidade e remetem a questões como a luta contra o racismo, a homofobia, o machismo, por melhores condições de trabalho, pela melhoria de serviços como a educação e a saúde, por exemplo. Assim, ainda que tais ativismos utilizem de forma estratégica o espaço urbano e estabeleçam vínculos entre suas questões fundamentais com a espacialidade (racismo e segregação sócio-espacial, distribuição espacial dos equipamentos de saúde e educação, por exemplo), a questão da dinâmica do espaço urbano não funda ou constitui o cerne dos ativismos. Os ativismos urbanos *stricto sensu* são aqueles que colocam de forma direta e explícita a dinâmica do espaço urbano em questão, ou seja, são aqueles onde o espaço assume uma centralidade, que funciona como o elemento catalisador da ação social, referência para as identidades e vínculos, condiciona as estratégias e os objetivos da coletividade, afinal, a transformação de sua dinâmica, ou, pelo menos, de parte dela, é o objetivo final da mobilização. São exemplos desse tipo de ativismo as lutas por moradia, melhorias nos bens de consumo coletivos, regularização fundiária, meio ambiente urbano, contra a especulação imobiliária e a segregação sócio-espacial etc.

Ativismos urbanos em sentido estrito e forte giram muito nítida e explicitamente em torno de problemas diretamente vinculados ao espaço social. A questão do acesso a equipamentos de consumo coletivo e, mais abrangentemente, as condições de reprodução da força de trabalho assumem, aqui, importância central. Trata-se de um tipo de ativismo que tem origem em um clamor pelo direito à cidade: luta por moradia e por infraestrutura técnica e social, luta por regularização fundiária e desestigmatização de espaços segregados, luta por maior acesso a equipamentos de consumo coletivo (...). Ativismos urbanos em sentido amplo e fraco, de sua parte, são aqueles que, embora tenham as cidades como seu palco preferencial (e,

às vezes, quase exclusivo), se referenciam apenas indiretamente pela espacialidade urbana. Sua existência gravita em torno de questões “setoriais” (melhores condições de trabalho e resistência contra a exploração e a opressão na esfera da produção, luta contra desigualdades e injustiças de gênero, etc.) (...) (p. 280-281).

Apesar do autor centrar sua análise na dinâmica dos ativismos urbanos, podemos estender o raciocínio para outras formas de luta social que tenham no espaço um caráter central, como elemento que catalisa a ação (a luta pela terra, por exemplo) ou como um elemento tático e estratégico fundamental para o desenvolvimento das lutas (o que nos remete ao uso político do espaço e às estratégias de ação dos ativismos, como ocupações, passeatas, bloqueios etc.).

Aprender a espacialidade dos ativismos sociais implica realizar a análise dos atributos que os constituem. A literatura acerca dos ativismos destaca uma grande diversidade de atributos que os constituem e que devem ser identificados e analisados (RIBEIRO, 1980 e 1991; GOHN, 1997; GONÇALVES, 1999, 2001 e 2003; CASTELLS, 2000[1972]). A partir dessas formulações, destacamos os seguintes atributos:

1. Os protagonistas - Quem são aqueles que estão se colocando em movimento? O que pensam sobre si e sobre o mundo em que vivem? Quais são as identidades produzidas (culturais, étnicas, políticas, espaciais etc.), qual a sua base social, sua formação enquanto classe?

2. Os motivos e objetivos - Remetem às causas pelas quais as pessoas estão se mobilizando, seus objetivos e interesses. O que coloca as pessoas em movimento? Quais são as condições objetivas e subjetivas que mobilizam uma determinada coletividade? Quais são seus objetivos e projetos?

3. As formas de organização - Como determinado ativismo se organiza, como ele se estrutura para alcançar seus objetivos.

4. Os tipos de manifestações e estratégias de ação - São as práticas, ações e estratégias desenvolvidas pelos ativismos para alcançar seus objetivos. Quais são as estratégias espaciais utilizadas pelos protagonistas?

5. As escalas - Possuem um duplo aspecto, de extensão, quando informa sobre a área de abrangência e/ou ação de um ativismo, e de qualidade, que se refere à capacidade de articulação política e econômica e seu horizonte de luta política.

A análise de tais atributos, à luz dos balizamentos propostos por Souza (2008), nos permite produzir uma matriz metodológica cujo objetivo

central é apreender a análise da espacialidade da ação social de forma indissociável de sua historicidade. Daí a importância da Geografia Histórica em nos fornecer elementos sólidos e substanciais na análise das temporalidades deste tipo de ação social.

3. Geografia Histórica: tentativa de definição e legitimação do campo de pesquisa

Durante o III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico e I Encontro Nacional de Geografia Histórica, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em novembro de 2012, o professor Pedro Vasconcelos apresentou um trabalho sobre a constituição da Geografia Histórica como um campo de pesquisa específico. Partindo de um abrangente levantamento bibliográfico, o autor coloca como ponto de partida de sua reflexão a própria definição do que seria a Geografia Histórica. Em outros termos, coloca a questão do recorte temático que confere singularidade, coerência e consistência a esse campo de pesquisa. O autor chama atenção para a diversidade de definições e perspectivas encontradas ao longo do tempo, quando a Geografia Histórica foi definida, por exemplo, como “a descrição de uma área no passado” (HETTNER, 1898 apud VASCONCELOS, 2012, p. 1), “o estudo geográfico de qualquer período do passado” (MITCHELL, 1954 apud VASCONCELOS, 2012, p. 1), “o estudo das mudanças geográficas através do tempo” (DARBY, 1954 apud VASCONCELOS, 2012, p. 1), os “estudos das geografias do passado” (BUTLIN, 1993 apud VASCONCELOS, 2012, p. 1), “toda a geografia conjugada a toda história, nas preocupações e os métodos mais variados dessas disciplinas” (PITTE, 2005 apud VASCONCELOS, 2012, p. 1) e, finalmente, “como o estudo geográfico do passado, destacando (que) o interesse principal é com as mudanças geográficas através do tempo” (BAKER, 2003 apud VASCONCELOS, 2012, p. 2).

O que nos interessa mais diretamente não é a diversidade de propostas e perspectivas em si, mas os elementos em comum que existem e nos permitem identificar a singularidade (ou não) de um campo de pesquisa geográfico. Existe esse elemento em comum? A princípio, diríamos que sim,

ele existe de fato, no entanto, a forma como ele foi apropriado, analisado ou incorporado é que apresenta diferenças, daí a importância de se sublinhar a diversidade. Que elemento é esse? É a articulação entre historicidade e espacialidade, ou, como coloca Cortez (1991, p. 12), a Geografia Histórica “podría definir en primera aproximación como a percepción temporal de los problemas espaciales”³. No entanto, o que podemos observar é que tal articulação não possui a mesma consistência ou densidade em todas as propostas ou perspectivas, principalmente se levarmos em consideração o atual estado da Geografia Histórica brasileira.

O primeiro ponto a ser discutido remete à densidade da articulação espaço-tempo que orienta a perspectiva teórica e metodológica da pesquisa. Para usar uma expressão cara ao professor Milton Santos, o campo da Geografia Histórica deve ser capaz de trabalhar com a relação indissociável entre tempo e espaço, temporalidade e espacialidade; neste campo, a História, o Tempo e a Temporalidade não são meramente instrumentos auxiliares que permitem uma vaga contextualização ou moldura da análise geográfica, mas compõem, tal qual a espacialidade, o centro da análise. Queremos chamar a atenção para o fato de que não basta situar um evento ou processo no tempo ou utilizar um determinado período histórico como moldura para caracterizar um campo de pesquisa como Geografia Histórica. O período, a temporalidade e a historicidade devem estar organicamente articulados com a espacialidade para que seja possível identificar com clareza os recortes ou complexos espaços-temporais e não constituírem meramente molduras e referências que pouco ou nada contribuem para a análise do processo em si.

É fácil identificar na Geografia uma quantidade significativa de trabalhos, principalmente dissertações e teses, nas quais o capítulo do contexto histórico faz recuos e cortes no tempo que pouco ou nada contribuem para a análise da questão central (remetendo ao mito das origens do qual nos fala Marc Bloch). Nesse sentido, não basta dizer que tal processo ocorreu na década de 1950 se esse período histórico não for devidamente articulado à questão central, se sua temporalidade não for ressaltada, devidamente contextualizada e que tenha sua espacialidade explicitada, de forma que seja efetivamente possível articular e compreender a contextualização de tal processo espacial em determinado recorte histórico. Assim, como

argumenta Erthal (2003, p. 30), a Geografia Histórica “além de se preocupar em recuperar as espacialidades pretéritas que marcam as espacialidades atuais, busca metodologias apropriadas e esforça-se em refletir a categoria tempo, a fim de fornecer subsídios à abordagem espacial e temporal”.

A densidade de tal articulação nos coloca outra questão: existe Geografia que não seja histórica? É possível uma produção intelectual no campo da Geografia que possa abrir mão da historicidade? É difícil responder negativamente tal indagação quando devemos reconhecer que a Geografia é um produto da história (e essa, por sua vez, se faz por meio do espaço). E, como sustenta Moraes (2000, p. 2), “seja a geografia material objetivada no espaço terrestre, seja o discurso geográfico acerca de tais realidades, ambos constituem elementos do fluir histórico, sendo por ele explicáveis. Logo, incluem-se na história, não podendo se reportar a ela como um outro”. Nesse sentido, é impossível prescindir da historicidade e da temporalidade dos processos, no entanto, é importante ressaltar que existe uma significativa flexibilidade e diversidade nas formas de incorporar as articulações necessárias entre tempo e espaço.

Sem dúvida, é muito tênue a linha que nos permite circunscrever o campo da Geografia Histórica, no entanto, levando em consideração as principais referências da temática, nos parece que é a densidade desta articulação espaço-tempo que confere singularidade ao campo. Tal densidade conduz, necessariamente, a uma aproximação dialógica com a História – seus conceitos, procedimentos metodológicos e campos temáticos. Aproximação dialógica não significa a conversão do geógrafo em historiador, tampouco o abandono das tradições e do corpo teórico e metodológico da Geografia, mas sim o enriquecimento mútuo, a apropriação de uma série de formulações e procedimentos próprios da História, que vão permitir uma produção consistente no campo da Geografia Histórica.

A aproximação com a História nos permite reforçar a linha que circunscreve o campo de pesquisa da Geografia Histórica, principalmente em relação à metodologia. Se o elemento central que confere singularidade ao campo de pesquisa é a densa articulação espaço-tempo, será necessário o aprofundamento metodológico para o desenvolvimento de pesquisas na área. Nesse sentido, a vasta produção e o robusto acúmulo metodológico da História podem contribuir para fortalecer a singularidade temática na

medida em que um conjunto de procedimentos metodológicos passa a ser imprescindível para as pesquisas no campo da Geografia Histórica, particularmente no que diz respeito aos processos de periodização⁴ e recortes históricos da pesquisa, levando em consideração a sincronia e/ou a diacronia (ESTAVILLE, 1991; VASCONCELOS, 1999; SILVA, 2012) e a seleção, a organização, a sistematização, o uso e a apresentação das diferentes fontes de pesquisa utilizadas, como documentos oficiais, censos, inventários, testamentos, arquivos paroquiais e cartoriais, processos judiciais, mapas, fotografias, pinturas, diários, entrevistas etc. (ABREU, 1987, 1998, 2005a e 2010; NORTON, 1991; LOWENTHAL, 1998; BLOCH, 2001; CARDOSO; BRIGNOLI, 2002; PINSKY; LUCA, 2012).

É exatamente este diálogo crítico com a História que nos leva a rechaçar algumas definições simplistas da Geografia Histórica como sendo o estudo das geografias do passado ou a descrição de uma área em outro período de tempo. Quando buscamos na História o embasamento teórico para lidar com questões sobre história, historicidade e periodização, por exemplo, encontramos formulações como a de Marc Bloch, que critica a ideia de que a História é simplesmente o estudo do passado (BLOCH, 2001) e sustenta a formulação de que a História é a ciência dos homens no *tempo*, cuja categoria fundamental é a de *duração*, que remete diretamente às ideias de *temporalidade e historicidade*. Assim, se a História, segundo Bloch, não deve ser circunscrita ao passado, tampouco se define por esse horizonte temporal pouco preciso, por que a Geografia Histórica deveria ficar circunscrita ou ser definida, *a priori*, pelo estudo do passado? Se considerarmos seriamente o adjetivo “histórico”, devemos buscar seu significado mais profundo em seu campo disciplinar originário, que é a História. Nessa perspectiva, devemos considerar as palavras de um dos fundadores da Escola dos *Annales* que revolucionou a historiografia, junto com Lucien Febvre, libertando a História dos fatos do passado e colocando-a diante de problemas e questões. Para além disso, é fácil observar a ampliação do campo de pesquisa e atuação dos historiadores para o que é convencionalmente chamado de “presente”.

O debate acerca do estudo do presente e do passado ganha uma conotação singular quando lidamos com a relação entre História e Geografia. No texto *Sobre a memória das cidades*, o professor Maurício de Almeida

Abreu questiona uma determinada ideia, significativamente consolidada no imaginário social, que determina uma divisão temporal do campo de atuação das disciplinas: a História trataria do passado e a Geografia do presente. O autor afirma que mesmo com o processo de renovação da Geografia a partir da década de 1970, sob a influência do materialismo histórico, a disciplina não conseguiu

revogar uma das leis férreas da geografia, escrita não se sabe por quem nem quando, mas certamente não por Kant no final do século XVIII, que impõe despoticamente à disciplina o estudo do presente, legando à história o estudo do passado. Uma lei nitidamente freudiana, que só pode ser explicada pela luta travada pela geografia para afirmar-se na divisão positivista do saber do final do século XIX, e que só lhe autoriza a tratar do passado se for para buscar nele o entendimento do presente ou a previsão do futuro. Uma lei que, paradoxalmente ou *pour cause*, teve na geografia francesa, originalmente mais próxima da história do que outras escolas nacionais (Claval, 1984), o seu maior guardião (ABREU, 1998, p. 92).

A passagem acima retoma, a partir de outra perspectiva, a breve discussão que fizemos anteriormente. Se, por um lado, a Geografia Histórica não deve ser somente reconhecida como um campo singular de estudos pelo fato de trabalhar com o passado, nada impede que este recorte temporal seja aquele privilegiado por este campo como uma forma de se contrapor à presença hegemônica do presente na produção geográfica. Assim, “não há lei proibindo, e nada impede que a geografia estude o passado” (ABREU, 1998, p. 93). No entanto, Abreu não defende a ideia de definir a Geografia Histórica simplesmente como um estudo do passado. Ele chama atenção para a necessária, indissociável e densa articulação espaço-tempo:

Para estudar e interpretar os espaços do passado, o que é fundamental então é definir quais são os conceitos e variáveis adequados à análise do tempo que se decidiu estudar. Se o objeto é uma cidade, o ponto de partida é a recuperação do quadro referencial maior daquele lugar naquele tempo, ou seja, o seu enquadramento espaço-temporal. Em outras palavras, temos que recuperar o ‘tempo do lugar’, isto é, ‘o conjunto de temporalidades próprias a cada ponto do espaço, [que] não é dado por uma técnica, tomada isoladamente, mas pelo conjunto de técnicas [amplamente definidas] existentes naquele ponto do espaço [naquele momento do tempo]’ (Santos, 1994, p. 62) (ABREU, 1998, p. 94. Grifos e alterações no original).

A ideia da espacialidade do social nos permite pensar o desenvolvimento dos processos sociais através da produção e da organização do espaço geográfico. Nessa perspectiva, o tempo histórico é entendido como

processo social aberto e se realiza ao constituir uma determinada espacialidade. Assim, tempo e espaço são imanentes entre si e às relações sociais. Dessa forma, partimos da espacialidade e da historicidade das relações sociais para realizar uma análise onde não há hierarquia ou predeterminação de um sobre outro. Podemos falar da historicidade do espaço geográfico e da espacialidade do tempo histórico.

A Geografia, nessa perspectiva, possui como objeto de análise a espacialidade das relações sociais ou, de outra forma, a espacialidade do processo histórico. Tal espacialidade pode ser apreendida em *qualquer período histórico*. Nessa perspectiva, é possível remeter à formulação de Moraes (2000, p. 3), na qual o autor sustenta a existência de uma determinada organização espacial (geográfica) das sociedades em qualquer período histórico, o que torna legítimo o interesse do geógrafo na pesquisa de outros períodos históricos que não tenham como horizonte temporal o presente. Nesse sentido, este autor argumenta que:

Pode-se, portanto, dizer que qualquer período da história e em qualquer sociedade existe uma geografia (material e discursiva) que compõe a cultura de cada grupo social e de cada civilização. A variedade destas geografias é inerente à variedade de culturas existentes na história humana. Logo, há a necessidade de diferenciar e historicizar as culturas para bem contextualizar suas geografias.

Portanto, não faz sentido limitar a análise geográfica ao presente, permitindo a existência legítima de um campo de trabalho em Geografia denominado Geografia Histórica. Podemos pensá-la como um campo de análise da espacialidade das sociedades humanas em diversos períodos históricos. Na apresentação do livro *Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações*, Abreu (2005a, p. 4) coloca a questão da seguinte maneira:

O principal objetivo da linha de pesquisa é analisar, sob a perspectiva da Geografia Histórica, os percursos trilhados pela cidade através do tempo. Como não poderia deixar de ser, a dimensão espacial ocupa um lugar privilegiado nas investigações, mas isso não quer dizer que a atenção se limite à análise e/ou reconstituição das formas morfológicas de outrora, sejam elas naturais ou construídas. O que se objetiva é discutir criticamente o processo histórico de produção do espaço carioca, identificando, para cada período estudado, suas forças propulsoras, seus protagonistas, e agentes modeladores, suas contradições materiais ou simbólicas e sua resultante espacial. O que se busca, em última análise, é estudar a relação entre processo social e forma espacial através do tempo.

A partir de tais formulações, inspiradas principalmente nas obras de Darby (1962), Norton (1984 e 1991) e Baker (2003), as principais referências da Geografia Histórica brasileira (os professores Pedro de Almeida Vasconcelos, Maurício de Almeida Abreu, Antonio Carlos Robert de Moraes e, mais recentemente, o professor Marcelo Werner da Silva), consolidaram uma posição na qual sustentam a singularidade da Geografia Histórica a partir do estudo dos lugares no passado. Nessa perspectiva, uma grande variedade temática e de abordagens vai caracterizar o que já foi denominado de “geografias do passado”. Segundo Abreu (2010), por exemplo, não há a necessidade das pesquisas deste campo em chegar até o presente, fazendo do passado seu campo próprio de pesquisa. Ao mesmo tempo, o autor argumenta, inspirado no historiador Pierre Nora, que não há a necessidade, tampouco a possibilidade, de se reconstruir ou recuperar o passado tal qual ele ocorreu, afinal, “a história é construção sempre problemática do que já não existe mais. Lowenthal (1985), por sua vez, nos alerta que o passado é um país estrangeiro, uma terra que nunca conseguiremos conhecer plenamente” (ABREU, 1998, p. 88). Nesse sentido, a Geografia Histórica compartilha a mesma limitação da História, campo no qual o pesquisador pode se aproximar cada vez mais do passado, mas sem jamais conseguir realmente alcançá-lo tal qual existiu: “Um trabalho geográfico em nada diferente daqueles que vimos produzindo para entender o momento atual, só que agora dirigido, *mutatis mutandis*, ao entendimento do passado de um lugar” (ABREU, 1998, p. 94).

Em artigo recente, Gomes e Machado (2013) buscam apresentar um panorama da Geografia Histórica brasileira contemporânea a partir da análise das obras de Maurício de Almeida Abreu e Antonio Carlos Robert de Moraes, que, segundo as autoras, seriam os principais expoentes deste campo de pesquisa no Brasil (devemos acrescentar o professor Pedro Vasconcelos a esta lista). É interessante a análise proposta, pois identifica duas correntes ou formas de abordagem dentro da Geografia Histórica. No resumo do artigo, as autoras deixam explícitas quais seriam essas abordagens, vejamos:

O eixo representado pela produção de Maurício Abreu consolida e modela os estudos e debates em história e política urbana, revelando a clara opção do autor pelo estudo das cidades. Suas investigações fogem das tendências às análises morfológicas urbanas puras e simples, para preocupar-se também com os processos que dão conteúdo a essa morfologia. As obras do autor dedicadas à cidade do Rio

de Janeiro dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX constituem referências, não apenas para a Geografia, mas também para a História e a Antropologia.

O eixo representado pela produção intelectual de Robert Moraes, por sua vez, consolida um modelo de investigação fortemente associado à geopolítica e à gestão do território nacional, temas como a construção territorial do Brasil Colonial, zoneamento ecológico-econômico brasileiro e políticas territoriais, são alguns exemplos (GOMES; MACHADO, 2013, p. 2).

Os dois grandes eixos da Geografia Histórica brasileira seriam, nessa perspectiva, a Geografia Histórica Urbana, cuja centralidade está em analisar processos relativos à dinâmica urbana e, nesse sentido, não podemos deixar de recordar, evidentemente, a obra de Pedro Vasconcelos, que, juntamente com os esforços de Maurício Abreu, inauguram e consolidam essa vertente temática e analítica e, de outro lado, a centralidade das dinâmicas territoriais associadas, prioritariamente, às ações do Estado e das diferentes frações do capital. É fácil perceber que não existe contradição ou ambiguidade em tais propostas, apesar de diferentes enfoques e abordagens, e sim complementaridade. Para além das diferenças, principalmente relativas às escalas espaciais de análise, o que há de mais importante em comum nas duas abordagens é a densidade da articulação espaço-temporal em termos teóricos e metodológicos.

4. Articulando os dois campos: um exemplo empírico

A conclusão deste breve artigo será na forma de um exemplo concreto para que o leitor possa visualizar de forma clara a proposta de articulação que estamos apresentando. O exemplo utilizado será a experiência anarquista durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939).

A questão geral que orienta nosso trabalho é a espacialidade dos ativismos sociais ou, de forma mais ampla, a espacialidade da ação social. Nesta pesquisa, delimitamos um escopo mais específico, que pode ser resumido da seguinte forma: que tipo de espacialidade se institui a partir de relações sociais e de poder pautadas pela *práxis* libertária (anti-estatal, anticapitalista e autogestionária)? Quem são os protagonistas que em determinadas conjunturas e estruturas são capazes de engendrar processos de transformações sócio-espaciais calcados em outras relações sociais e de poder, em outros modos de existência?

A partir da questão central começamos a construir um objeto de pesquisa que pudesse servir, adequadamente, como campo de investigação empírico para a questão fundamental que nos orienta. O recorte empírico que delimitamos para desenvolver nossa questão central foi a experiência do movimento anarquista espanhol, que se desenvolveu durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), tomando-a como exemplo de um processo de produção e organização do espaço geográfico por parte de um movimento social de caráter libertário. Na pesquisa em tela, buscamos analisar a espacialidade imanente a um processo revolucionário de caráter libertário. Nesse sentido, buscamos recuperar uma experiência que foi levada a cabo por trabalhadores urbanos e camponeses, aglutinados na Confederação Nacional do Trabalho (CNT), sindicato anarcossindicalista de caráter revolucionário e na Federação Anarquista Ibérica (FAI), demonstrando como é possível a instituição de novas relações sociais e de poder baseadas em princípios libertários e, conseqüentemente, em uma espacialidade distinta daquela produzida pelo capitalismo e pelo socialismo real.

Creio que não há dificuldade para o leitor estabelecer as relações entre a Geografia Histórica e os ativismos sociais nesse exemplo. De um lado, buscamos analisar a espacialidade do movimento anarquista espanhol à luz dos balizamentos propostos por Souza (2008) e dos atributos apresentados anteriormente. Assim, buscamos caracterizar os protagonistas, seus objetivos, formas de organização, estratégias de ação e suas escalas de atuação (o que nos levou a uma análise multiescalar das ações). Esta análise foi orientada pelos balizamentos nos quais buscamos identificar e analisar o espaço de referência identitária, as formas de uso e apropriação do espaço (o lugar e o território), as estratégias espaciais da luta, a instituição de um novo modo de existência, a influência do substrato material na constituição da ação e, por fim, as transformações realizadas na espacialidade hegemônica a partir das ideias de refuncionalização espacial e reestruturação territorial (SOUZA, 2006). Assim, centramos nossas análises nos processos de coletivização de terras, fábricas e serviços (nos quais os trabalhadores se apropriaram efetivamente dos meios de produção), nas novas formas de organização territorial a partir das coletividades e conselhos municipais, que reconstituíram o território espanhol. Tais processos deram origem a uma nova espacialidade, ou seja, a novas formas de uso e

apropriação do espaço e da produção de novos territórios instituídos por novas relações de poder.

A análise da espacialidade anarquista foi indissociável da historicidade dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais da sociedade espanhola. Buscamos estabelecer periodizações, analisar as diferentes temporalidades dos processos sociais (eventos, contextos e estruturas), principalmente relativas às dinâmicas política e econômica da Espanha, estabelecendo suas relações com a espacialidade (por exemplo, a estrutura agrária e urbano-industrial, distribuição da população, infraestrutura técnica, regionalismos etc.).

Em relação à metodologia, destacamos três pontos fundamentais: 1. as periodizações; 2. as escalas; 3. as fontes.

Estabelecemos um período histórico central (1936-1939), caracterizado pela Guerra Civil e que foi efetivamente nosso recorte empírico de investigação e analisado a partir da sincronia dos processos e eventos. Porém, para compreendê-lo de forma adequada, foi necessário estabelecer o que chamamos de períodos auxiliares. Esses períodos foram: *a.* de 1845 a 1936, dedicado à análise do desenvolvimento do movimento anarquista, a partir de uma perspectiva diacrônica (estudo de um elemento ao longo do tempo) e *b.* de 1931 a 1936, caracterizado pela dinâmica política e econômica da Segunda República Espanhola, analisado a partir de uma perspectiva da sincronia dos processos.

A complexidade da questão nos levou a uma análise multiescalar dos fenômenos e processos. Em outras palavras, não estabelecemos, *a priori*, uma escala de análise particular, mas operamos pela articulação e codeterminação de uma escala sobre a outra. Assim, buscamos compreender de que forma processos que se davam em escalas distintas contribuíram para a constituição da experiência anarquista durante a Guerra Civil Espanhola. Nessa perspectiva, articulamos elementos da escala europeia, relativa, por exemplo, à geopolítica anterior à Segunda Guerra Mundial, que teve influência direta nos rumos do conflito, passando pela escala nacional (relativa, principalmente, às grandes estruturas socioeconômicas e políticas da Espanha), passando pelas singularidades regionais até a análise do lugar, materializado em coletivizações, fábricas, campos e oficinas.

Finalmente, no que se refere às fontes⁵, destacamos as seguintes:

- a) Livros, artigos, teses e dissertações, o que nos permitiu partir de uma série considerável de dados sistematizados produzidos a partir de fontes primárias;
- b) Censos, relatórios e pesquisas produzidas pelos órgãos oficiais do Estado espanhol que nos permitiram levantar informações básicas sobre a população (tamanho, distribuição, renda, nível educacional, expectativa de vida), recursos naturais (fontes de energia, água, minérios) e infraestrutura. Ressaltamos que diversas informações dessa natureza estavam disponibilizadas nas fontes listadas no item “a”;
- c) Documentos de diversas naturezas: leis, decretos, inventários, atas, regulamentos, balanços financeiros, listas nominiais de trabalhadores, registros de filiação sindical etc. Os documentos foram produzidos pelas instituições estatais e pelas organizações dos trabalhadores (sindicatos, milícias, coletivos autônomos);
- d) Periódicos editados pelas organizações dos trabalhadores;
- e) Fotografias que nos permitem visualizar episódios relativos ao conflito e ao processo revolucionário.

Esperamos que este brevíssimo exemplo possa ilustrar a articulação entre os dois campos de pesquisa. Buscamos realizar a análise de um complexo espaço-tempo a partir da experiência concreta dos trabalhadores espanhóis, integrando os principais elementos constitutivos de cada campo em uma única análise na qual tempo e espaço são indissociáveis.

Notas

¹ Este trabalho é resultado de nossa pesquisa de pós-doutorado, realizado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA, sob a supervisão do Prof. Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos. Não tenho palavras para agradecer ao professor Pedro pela atenção, seriedade, cuidado e hospitalidade com que se dispôs a desenvolver esse projeto e pela carinhosa recepção que tive em Salvador. Estendo meus agradecimentos aos demais professores do programa de pós-graduação que me receberam na UFBA. O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil.

² Conforme ressaltado por Souza (2008), a partir da década de 1990 pode-se observar uma estagnação da produção referente aos ativismos urbanos, enquanto há um crescimento daquela relativa aos ativismos sociais rurais, com destaque para as obras de Fernandes (1996, 2000a e 2000b), Oliveira (1988 e 1991) e Gonçalves (1999, 2001, 2002 e 2003). Em relação aos ativismos urbanos, há um crescimento expressivo a partir do ano 2000, quando podemos destacar Souza (2000, 2006 e 2012), Rodrigues (2005, 2009, 2011 e 2012), De Paula (2005

e 2012), Teixeira (2009), Souza e Teixeira (2009), Grandi, Moreira e Almeida (2009), Grandi (2010), Almeida (2011 e 2012), Santos (2011), Ramos (2012) e Zilio (2012). Além disso, devemos destacar o relativo aumento do número de trabalhos apresentados nas edições do Encontro Nacional dos Geógrafos, do Simpósio Nacional de Geografia Urbana e da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia.

- 3 "Poderia ser definida em uma primeira aproximação como a percepção temporal dos problemas espaciais" (tradução nossa).
- 4 O processo de periodização, desta forma, pode ser definido como um exercício intelectual e uma construção do pesquisador a partir das questões que coloca para a reflexão. É fundamental justificar, de forma clara e explícita, o uso e a construção de determinada periodização. Nesse sentido, é crucial que os elementos constitutivos e os critérios de periodização, ou seja, aqueles que dão consistência e coerência interna ao recorte histórico sejam explicitados e justificados. O que nos leva a outra questão: muitas vezes, uma única periodização não é suficiente para dar conta da complexidade do tema que está sendo pesquisado, o que nos obriga a criar periodizações auxiliares que nos permitam realizar uma análise consistente de determinada questão, o que significa articular periodizações e temporalidades distintas.
- 5 Os principais arquivos para fontes primárias foram os seguintes: <http://archivo.cnt.es/Documentos> e o Portal de Archivos Españoles, mantido pelo Ministério da Cultura Espanhol (<http://pares.mcu.es/>). O portal utilizado aglutina acervos importantes como o do Centro Documental de La Memoria Histórica, que administra o Archivo General de La Guerra Civil Española, localizado na cidade de Salamanca. Neste centro, podemos ter acesso ao Portal de las víctimas de la Guerra Civil y represaliados del Franquismo, base de datos de militares y miembros de las fuerzas de orden público al servicio de la República, Los carteles de la guerra civil española. No PARES ainda temos acesso ao Archivo Fotográfico de la Delegación de Propaganda de Madrid durante la Guerra Civil, também conhecido como Archivo Rojo.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1987.

_____. (Org.). **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

_____. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Brasil: Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 145-184.

_____. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 197-246.

_____. Sobre a memória das cidades. **Território**, v. 3, n. 4, p. 5-26, 1998.

_____. Construindo uma Geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **Geosp**, São Paulo, n. 4, p. 13-25, 2000.

_____. Rio de Janeiro Quinhentista: debates e armadilhas. **Rio Urbano**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 42-51, 2002.

_____. (Org.). **Rio de Janeiro**: formas, movimentos, representações. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicações, 2005a.

_____. Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião: mapas conjecturais do Rio de Janeiro no século XVI. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 2, n. 4, p. 189-220, jun.-dez. 2005b.

_____. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 - 1700)**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobson, 2010.

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de. **A microfísica do poder instituinte e sua espacialidade**: campos, territórios e redes no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado (mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011.

_____. A microfísica do poder instituinte e sua espacialidade: o processo de territorialização de uma ocupação de sem-teto no Rio de Janeiro. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 9, n. 15, p. 133-168, 2012.

BAKER, A. R. H. **Geography and History**. Bridging the Divide. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

CASTELLS, Manuel. **Movimientos sociales urbanos**. Mexico: Siglo Veinteuno, 1974.

_____. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000 [1972].

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1982.

_____. **Socialismo ou barbárie**. São Paulo: Brasiliense, 1983[1957].

_____. **A história do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985[1973].

_____. **As encruzilhadas do labirinto III**. O mundo fragmentado. “Poder, Política, Autonomia”. Trad. Rosa Maria Boaventura. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **As encruzilhadas do labirinto IV**. A ascensão da insignificância. “A democracia como procedimento e como regime”. Trad. Regina Vasconcelos. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **As encruzilhadas do labirinto VI**. Figuras do Pensável. “Que democracia?”. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CORTEZ, Claude. **Geografia Histórica**. Cidade do México: Instituto Mora, 1991.

DARBY, H. C. Historical Geography. In: GREEN, D. B. (ed.). **Historical Geography**. A Methodological Portrayal. Savage: Rowman & Littlefield, 1991 [1962],

DE PAULA, Amir el Hakim. **Os operários pedem passagem!** A Geografia operária da cidade de São Paulo (1900-1917). Dissertação de mestrado (mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. São Paulo no limiar do século XX: o operariado enquanto subvertedor da “ordem” espacial. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 9, n. 15, p. 233-258, 2012.

ERTHAL, Ruy. Geografia Histórica: considerações. **Geographia**, Niterói, ano V, n. 9, p. 29-39, 2003.

ESTAVILE, Lawrence. Organizing time in historical geography. In: BROOKS GREEN, D. **Historical Geography**: A methodological portrayal. Savage, MD: Rowman & Littlefield, 1991. p. 310-324.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000a.

_____. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, p. 59-86, 2000b.

GOHN, Maria Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOMES, Angela Nunes Damasceno; MACHADO, Mônica Sampaio. Exemplos brasileiros de geografia histórica: considerações sobre as obras de Maurício Abreu e Antonio Carlos Robert Moraes. **GeoUerj**, Rio de Janeiro, ano 15, v. 1, n. 24, p. 18-36, 1º semestre 2013.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Paixão da Terra**. Rio de Janeiro: Soccí, 1984.

_____. A territorialidade seringueira. **Geographia**, Niterói, ano 1, n. 2, p. 67-96, dez. 1999.

_____. **Geo-Grafias**-Movimentos sociais, nuevas territorialidades y sustentabilidad. Guadalajara: Siglo Veintiuno editores, 2001.

_____. Da Geografia às Geo-Grafias - Um mundo em busca de novas territorialidades. In: SADER, Emir; CECEÑA, Ana Esther (Org.). **La guerra infinita-hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 289-358.

_____. **Geografando nos varadouros do mundo**: da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira ou do seringal à reserva extrativista. Brasília: IBAMA/MMA, 2003.

GRANDI, Matheus da Silveira; MOREIRA, Marianna Fernandes; ALMEIDA, Rafael Gonçalves de. Oĩkos, ágora e ekklesía: uma introdução às fronteiras, pontes e “áreas de sombra” de um espaço ocupado por sem-teto (Ocupação Quilombo das Guerreiras-Rio de Janeiro). **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 67-92, 2009.

GRANDI, Matheus da Silveira. **Práticas espaciais insurgentes e processos de comunicação**: espacialidade cotidiana, política de escalas e agir comunicativo no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado (mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GREEN, D. Brooks. **Historical Geography**: a methodological portrayal. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 1991.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. Memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2012. p. 9-28.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Revista do Programa de estudos pós-graduados em História e Departamento de História**, Projeto História - trabalhos de memória, n. 17, p. 63-201, 1998.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Geografia, História e História da Geografia. **Terra Brasilis**, v. 2. <http://terrabrasilis.revues.org/319>. Acessado em 12/11/2013. 2000.

NICHOLLS, Walter J. The Geographies of Social Movements. **Geography Compass**, v. 1, n. 3, p. 607-622, 2007.

NORTON, William. **Historical analysis in geography**. New York: Longman, 1984.

_____. La condición actual de la geografía histórica. In: CORTEZ, C. **Geografía Histórica**. México: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 1991. p. 55-85.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Geografia das lutas sociais no campo**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PEDON, Nelson Rodrigo. A pesquisa geográfica sobre movimentos sociais: balanço e perspectivas. **Terra Livre**, São Paulo, n. 33, p. 67-84, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

RAMOS, Tatiana Tramontani. **As barricadas do hiperpreariado urbano**: das transformações no mundo do trabalho à dinâmica sócio-espacial do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado (doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Movimentos sociais urbanos-algumas reflexões. **Anais do 4o Encontro Nacional de Geógrafos**. Rio de Janeiro: AGB, 1980.

_____. Comunicação e metrópole: a questão da participação social. **Cadernos do IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 1, p. 35-34, 1990.

_____. Movimentos sociais: caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90. **Ciências sociais hoje**, [s/n], p. 95-121, 1991.

_____. Leituras de Movimentos: conjuntura, ação e poder. **Temporalis**, ano 2, n. 4, p. 9-20, 2001a.

_____. Micro- conjuntura: uma proposta de análise da aceleração da vida urbana. **Revista de Ciências Sociais**, n. 19, p. 94-103, 2001b.

_____. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. In: **Por uma sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 149-172.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; MACHADO DA SILVA. Paradigma e movimento social: por onde vão nossas idéias? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 62, p. 67-87, 1985.

RODRIGUES, Glauco Bruce. **Uma Geografia do hip hop**. Monografia (Graduação em Geografia) - Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

_____. **Geografias Insurgentes**: um olhar libertário sobre a produção do espaço urbano através das práticas do movimento hip hop. Dissertação de Mestrado (mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Quando a política encontra a cultura: a cidade vista (e apropriada) pelo movimento hip hop. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 93-120, 2009.

_____. **Comunas e Federações**: a espacialidade anarquista durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Tese de Doutorado (doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

_____. Territórios libertários: a experiência anarquista de autogestão na cidade de Barcelona durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 9, n. 15, p. 256-596. 2012.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Movimentos sociais e Geografia**: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SILVA, Marcelo Werner da. A Geografia e o estudo do passado: conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais. **Terra Brasilis**, v. 1. <http://terrabrasilis.revues.org/246>. Acessado em 10/9/2013. 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O que pode o ativismo de bairro?** Reflexões sobre as Limitações e Potencialidades do Ativismo de Bairro à Luz de um Pensamento Autonomista. Dissertação de mestrado (mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

_____. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. et al. (Org.). **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995. p. 77-116.

_____. **O desafio metropolitano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **A prisão e a ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Ativismos sociais e espaço urbano: Um panorama conciso da produção intelectual brasileira. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon; COELHO, Maria Célia N.; CORRÊA, Aureanice M. **O Brasil, a América Latina e o mundo**: Espacialidades

contemporâneas II. Rio de Janeiro: Lamparina; FAPERJ; ANPEGE, 2008. p. 3367-384.

_____. Geografia: a hora e a vez do pensamento libertário. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 38, p. 15-34, maio 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de; TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 29-66, 2009.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. **O “léxico espacial” do movimento dos sem-teto**: um estudo do discurso e das representações sócio-espaciais da ocupação Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro). Dissertação de mestrado (mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

THOMPSON, E. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os Agentes modeladores das cidades brasileiras do período colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Org.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 247-278.

_____. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; MELLO e SILVA, Sylvio Bandeira de (Org.). **Novos estudos de Geografia Urbana brasileira**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999. p. 191-202.

_____. **Salvador: transformações e permanências (1549-1999)**. Ilhéus: Editus, 2002.

_____. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **Geotextos**, Salvador, v. 5, p. 147-157, 2009.

_____. Geografia Histórica do Rio de Janeiro. **Geografia**, Rio Claro, v. 36, n. 2, p. 433-435, mai./ago. 2011.

_____. Geografia Histórica: campo disciplinar e questões de pesquisa. **III ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO E I ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA HISTÓRICA**. Mimeo. 2012.

ZIBECCHI, Raul. **La mirada horizontal**. Montevideo: Nordan comunidade, 1999.

_____. **Genealogía de la revuelta**. Montevideo: Nordan comunidad; Letra Libre, 2003.

ZILIO, Rafael. Ativismo transnacional e espaços urbanos fronteiriços: possibilidades de uma práxis libertária. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 9, n. 15, p. 297-320. 2012.

Recebido em: 18/09/2014

Aceito em: 11/11/2014